

PLENA OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DE
TRANSMISSORAS DE ENERGIA LTDA

RESULTADOS
2025

 energisa

PLENA OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DE TRANSMISSORAS DE ENERGIA LTDA
RESULTADOS 4º. TRIMESTRE DE 2025

Cataguases, 26 de março de 2026 – A Administração da Plena Operação e Manutenção de Transmissoras de Energia Ltda

PLENA OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DE TRANSMISSORAS DE ENERGIA LTDA
BALANÇO PATRIMONIAL
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Em milhares de reais)

	Nota	2025	2024
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4.1	87	136
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	4.2	650	1.118
Contas a receber	5	509	737
Tributos a recuperar	6	151	156
Outros créditos		201	201
Total do circulante		1.598	2.348
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Tributos a recuperar	6	1.680	1.228
Depósitos judiciais		35	32
Total do não circulante		1.715	1.260
Total do ativo		3.313	3.608

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

PLENA OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DE TRANSMISSORAS DE ENERGIA LTDA
BALANÇO PATRIMONIAL
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Em milhares de reais)

	Nota	2025	2024
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	8	1	258
Impostos e contribuições sociais	9	23	21
Outros passivos		1	1
Total do circulante		25	280
Não circulante			
Impostos e contribuições sociais diferidos	7	117	117
Total do não circulante		117	117
Patrimônio líquido e recursos destinados a futuro			
aumento de capital			
Capital social	11.1	8.648	8.648
Reservas de Lucros	11.2 e 11.3	172	212
Prejuízos acumulados		(5.649)	(5.649)
Total patrimônio líquido e recursos destinados a futuro		3.171	3.211
Total do passivo e patrimônio líquido		3.313	3.608

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

PLENA OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DE TRANSMISSORAS DE ENERGIA LTDA
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por ação)

	Nota	2025	2024
Receita operacional líquida	12	119	119
Custos de operação e dos serviços prestados a terceiros	13	1.074	1.293
Lucro bruto		1.193	1.412
Despesas gerais e administrativas	13	(31)	(126)
Outras receitas/despesas		(225)	5
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras e impostos		937	1.291
Receitas financeiras	14	657	258
Despesas financeiras	14	2	10
Despesas financeiras líquidas		659	268
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		1.596	1.559
Imposto de renda e contribuição social	7	(356)	(395)
Lucro do exercício		1.240	1.164
Lucro líquido básico e diluído por ação ordinária - R\$	14	0,14	0,16

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

PLENA OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DE TRANSMISSORAS DE ENERGIA LTDA
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025
(Em milhares de reais)

	Nota	2025	2024
Lucro do exercício	15	1.240	1.164
Itens que não serão reclassificados para a demonstração de resultado		-	-
Total de outros resultados abrangentes do exercício		1.240	1.164

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

PLENA OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DE TRANSMISSORAS DE ENERGIA LTDA
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025
(Em milhares de reais)

Nota	Capital social	Reserva de Lucros		Dividendos adicionais propostos	Lucros (prejuízos) acumulados	Adiantamento para futuro aumento de capital	Total
		Reserva legal	Retenção de lucros				
Saldos em 01 de janeiro de 2024	4.258	17	195	-	(6.813)	4.390	2.047
Aumento de capital conf. alteração contratual de 16 de maio de 2024	4.390	-	-	-	-	(4.390)	-
Lucro do exercício	-	-	-	-	1.164	-	1.164
Saldos em 31 de dezembro de 2024	8.648	17	195	-	(5.649)	-	3.211
Dividendos a pagar com reserva de retenção de lucros conf. ARS de 15/12/2025	11.3	-	(195)	-	-	-	(195)
Lucro do exercício	-	-	-	-	1.240	-	1.240
Proposta de destinação do lucro líquido:							-
Reserva legal	11.2	-	62	-	(62)	-	-
Dividendos	11.4	-	-	-	(1.085)	-	(1.085)
Dividendos adicionais propostos	11.4	-	-	93	(93)	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2025	11.1	8.648	79	-	93	(5.649)	3.171

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

PLENA OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DE TRANSMISSORAS DE ENERGIA LTDA
DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO - DVA
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025
(Em milhares de reais)

	Nota	2025	2024
Geração do valor adicionado			
Receitas			
Venda de mercadorias, produtos e serviços	12	135	135
(-) Insumos adquiridos de terceiros			
Materiais e serviços de terceiros	13	(25)	(50)
Outros custos operacionais		843	1.222
Valor adicionado bruto		953	1.306
Valor adicionado líquido produzido		953	1.306
Valor adicionado recebido em transferência		689	271
Receitas financeiras		689	271
Valor adicionado a distribuir		1.642	1.578
Distribuição do valor adicionado:			
Impostos, taxas e contribuições			
Federais		400	420
Municipais		4	4
Remuneração de capital de terceiros			
Juros	14	(2)	(10)
Remuneração de capitais próprios			
Lucros retidos	15	1.240	1.164
		1.642	1.578

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

PLENA OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DE TRANSMISSORAS DE ENERGIA LTDA
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025
(Em milhares de reais)

	Nota	2025	2024
Atividades operacionais			
Lucro do exercício	15	1.240	1.164
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	7	356	395
Receita de aplicação financeira	14	(187)	(81)
Redução (aumento) dos ativos			
Clientes		228	(84)
Impostos a recuperar		5	1.054
Cauções e depósitos vinculados		(3)	11
Aumento (redução) dos passivos			
Fornecedores		(257)	1
Tributos e contribuições sociais		(503)	(1.414)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(303)	(259)
Caixa líquido consumido nas atividades operacionais		576	787
Atividades de investimento			
Aplicações financeiras e recursos vinculados		655	(936)
Caixa líquido gerado nas atividades de investimento		655	(936)
Atividades de financiamento			
Pagamento de dividendos		(1.280)	-
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento		(1.280)	-
Variação líquida do caixa e equivalentes de caixa		(49)	(149)
Caixa e equivalentes de caixa iniciais	4.1	136	285
Caixa e equivalentes de caixa finais	4.1	87	136
Variação líquida do caixa e equivalentes de caixa		(49)	(149)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Plena Operação e Manutenção de Transmissoras de Energia Ltda
Notas explicativas às demonstrações financeiras
exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares reais, exceto quando indicado ao contrário)

1. Contexto operacional

A Plena Operação e Manutenção de Transmissoras de Energia Ltda (“Companhia”) com sede na cidade de Cataguases, Estado de Minas Gerais, sociedade limitada, constituída em 01/12/2009, sob o controle acionário da Gemini Energy S.A., tem como principais atividades empresariais a construção, operação, manutenção e serviços correlatos a geração e distribuição de energia elétrica.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* – IASB, que compreendem os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”).

Adicionalmente, a Administração considerou as orientações emanadas da Orientação OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras de forma que, todas as informações relevantes, próprias das demonstrações financeiras, estão divulgadas e correspondem ao que é utilizado na gestão da Companhia.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 26 de março de 2026.

2.2 Moeda funcional e base de mensuração

As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia.

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos quando requeridos nas normas.

2.3 Julgamentos, estimativas e premissas

A preparação das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, requer que a Administração faça o uso de julgamentos, estimativas e premissas que afetam os valores reportados de ativos e passivos, receitas e despesas. Os resultados de determinadas transações, quando de sua efetiva realização em exercícios subsequentes, podem diferir dessas estimativas. As revisões das estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que são revisadas e nos exercícios futuros afetados.

As principais estimativas e julgamentos relacionados às demonstrações financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de:

- I. Nota explicativa nº5 – Contas a receber.
- II. Nota explicativa nº10 – Provisões para riscos trabalhistas e cíveis.

3. Políticas contábeis materiais e novos pronunciamentos contábeis

As principais políticas contábeis têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

3.1 Práticas materiais

- a. **Caixa e equivalentes de caixa** – os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação;
- b. **Concessionárias e permissionárias** – refere-se aos valores de contas a receber relacionado aos serviços operação de manutenção, contabilizada com base no regime de competência, deduzidos da provisão para créditos de liquidação duvidosa, quando aplicável.
- c. **Clientes** – é composto de faturas de serviços prestados de operação e manutenção de usinas, repotenciação de unidades geradoras, montagem e fornecimento de materiais e equipamentos eletromecânicos e hidromecânicos, serviços de engenharia, construção e manutenção de linhas e redes de distribuição e transmissão de energia elétrica, deduzidos da provisão para créditos de liquidação duvidosa, quando aplicável.
- d. **Instrumentos financeiros**

Ativos financeiros:

Reconhecimento inicial e mensuração – são classificados no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios para a gestão destes ativos financeiros.

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada a nível de cada instrumento.

As aquisições ou alienação de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo.

Um ativo financeiro não é mais reconhecido quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual, essencialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

Mensuração subsequente – para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida) e ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

A Companhia mensura os ativos financeiros ao custo amortizado se o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa

contratuais, e os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

No momento do desreconhecimento, a mudança acumulada do valor justo reconhecida em outros resultados abrangentes é reclassificada para resultado.

Segue abaixo resumo da classificação e mensuração – CPC 48/IFRS 9:

Classificação e Mensuração - CPC 48/IFRS 9			
Ativos financeiros a custo amortizado			Estes ativos são mensurados ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por <i>impairment</i> . A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e <i>impairment</i> são reconhecidas no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é registrado no resultado.
Ativos financeiros VJR	mensurados	a	Esses ativos são mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Instrumentos VJORA	de dívida	ao	Esses ativos são mensurados ao valor justo. Os rendimentos de juros calculados utilizando o método dos juros efetivo, ganhos e perdas cambiais e <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, poderá optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Esta escolha é feita para cada investimento. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.
Instrumentos patrimoniais ao VJORA			Esses ativos são mensurados ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

Passivos financeiros:

São mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Em 31 de dezembro de 2025, compreendem arrendamentos operacionais, saldos a pagar a fornecedores e outras contas a pagar.

Reconhecimento inicial e mensuração - os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado ou como derivativos designados como instrumentos de *hedge* em um *hedge* efetivo, conforme apropriado.

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

Mensuração subsequente - a mensuração de passivos financeiros é como segue:

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado - passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem incorridos para fins de recompra no curto prazo. Derivativos embutidos separados também são classificados como mantidos para negociação a menos que sejam designados como instrumentos de *hedge* eficazes. Ganhos ou perdas em passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício. Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado são designados na data inicial de reconhecimento, e somente se os critérios do CPC 48 forem atendidos. A Companhia não designou nenhum passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros ao custo amortizado - após o reconhecimento inicial, os passivos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva.

Desreconhecimento:

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado do exercício.

Compensação de instrumentos financeiros:

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

- e. Créditos tributários, tributos diferidos e despesa de imposto de renda e contribuição social corrente** - os tributos correntes sobre o lucro são mensurados pelo valor esperado recuperado ou pago às autoridades fiscais, aplicando-se as alíquotas e a legislação tributária vigentes ou substancialmente promulgadas na data de apresentação das demonstrações financeiras. O imposto de renda pessoa jurídica (IRPJ) é calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescido de adicional de 10% sobre a parcela do lucro tributável que exceder R\$ 240 mil no período de apuração. A contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) é calculada à alíquota de 9% sobre a base de cálculo, após as adições e exclusões previstas na legislação tributária.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias entre os valores contábeis dos ativos e passivos nas demonstrações financeiras e as correspondentes bases fiscais utilizadas na apuração do lucro tributável. Os tributos diferidos são contabilizados no resultado do exercício, exceto quando relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes, hipótese em que o tributo diferido é igualmente reconhecido no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

Os ativos fiscais diferidos são reconhecidos na extensão em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros suficientes para a realização das diferenças temporárias dedutíveis, prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social. A realização dos ativos fiscais diferidos é revisada ao final de cada exercício social e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis em montante suficiente para permitir a compensação total ou parcial desses ativos, o saldo é reduzido ao valor recuperável.

Ativos e passivos fiscais correntes são apresentados líquidos no balanço patrimonial quando a Companhia possui o direito legal de compensá-los perante a mesma autoridade tributária e a legislação tributária permite a liquidação pelo montante líquido. A Companhia tem normalmente o direito legalmente executável de compensar o ativo fiscal corrente contra um passivo fiscal corrente quando eles se relacionam com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária e quando há intenção de liquidá-los em base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Em conformidade com o ICPC 22 - Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro, a Companhia avalia se é provável que a autoridade tributária aceitará determinado tratamento tributário adotado. Quando se conclui que a aceitação do tratamento tributário é improvável, o efeito da incerteza sobre os tributos correntes ou diferidos é refletido no resultado do exercício pelo método que melhor estime a resolução da incerteza;

- f. Provisões** - uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja

requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. As provisões para riscos estão por valores julgados suficientes pelos administradores e assessores jurídicos para fazer face aos desfechos desfavoráveis;

- g. Receita operacional** - as receitas são reconhecidas quando representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços.

O IFRS 15 / CPC 47 estabelece um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco etapas: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (v) reconhecimento da receita se e quando a Companhia cumprir as obrigações de desempenho.

Desta forma, a receita é reconhecida somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o “controle” dos bens ou serviços de uma determinada operação é efetivamente transferido ao cliente.

- h. Demonstração do valor adicionado** – preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis, de acordo com o pronunciamento técnico NBC TG 09/CPC 09 (R1) – Demonstração do Valor Adicionado. Tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado exercício é apresentada conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte suplementar às demonstrações financeiras.

3.2 Novos pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC- Comitê de Pronunciamentos Contábeis e pelo IASB - International Accounting Standards Board

(i) Pronunciamentos novos ou revisados aplicados a partir de 1º de janeiro de 2025

Pronunciamentos novos ou revisados	Natureza da revisão/emissão
Alterações ao CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada, Em Controlada e Empreendimento Controlado Em Conjunto	A principal alteração na revisão do CPC 18 (R3) é relacionado à aplicação do método de equivalência patrimonial (MEP) para a mensuração de investimentos em controladas nas demonstrações financeiras individuais. Tal método já era permitido por lei no Brasil, houve apenas a adição de texto em convergência às normas internacionais portanto não houve impacto material em relação à norma vigente nas demonstrações financeiras.
Alterações ao CPC 02 (R2) - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis	As alterações ao CPC 02 (R2) incorporam as alterações trazidas pelo <i>Lack of Exchangeability</i> , emitido pelo IASB, que define o conceito de moeda conversível, e orienta para procedimentos de moedas não conversíveis. As alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras.
OCPC 10: Créditos de Carbono (tCO ₂ e), Permissões de emissão (<i>allowances</i>) e Crédito de Descarbonização (CBIO)	A orientação técnica direciona o tratamento contábil de créditos de carbono (tCO ₂ e), Permissões de emissão (<i>allowances</i>) e créditos de descarbonização (CBIO) das entidades atuantes no mercado brasileiro. A orientação técnica não produziu impactos relevantes nas demonstrações financeiras.

(ii) Pronunciamentos novos ou revisados emitidos, mas ainda não vigentes:

A Companhia também avaliou os demais pronunciamentos contábeis emitidos, alterados e substituídos, mas que ainda não efetivos para o exercício conforme demonstrado abaixo:

Pronunciamentos ainda não vigentes	Exercícios anuais com início em ou após	Natureza da revisão/emissão
CPC 51 (IFRS 18) - Apresentação e divulgação nas Demonstrações Contábeis	1º de janeiro de 2027	O CPC 51 substituirá o pronunciamento técnico CPC 26 (R1), e tem como principais objetivos e mudanças: aprimorar a apresentação das demonstrações contábeis, exigir a divulgação em notas explicativas de medidas de desempenho definidas pela administração e introduzir novos princípios de agregação e desagregação de informações. As alterações trarão impactos para as demonstrações financeiras referentes a períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, bem como informações comparativas (aplicação retrospectiva). Tais impactos estão sendo avaliados pela Administração da Companhia, em processo de implementação durante o exercício corrente de 2026.
IFRS 19 - Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações	1º de janeiro de 2027	A norma permite que entidades controladas, que não possuam responsabilidade pública, e que possuam uma controladora final ou intermediária que prepare demonstrações financeiras consolidadas, optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis IFRS. As aplicações serão avaliadas pela Administração.
Alterações à IFRS 9 e à IFRS 7 - Alterações à Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros	1º de janeiro de 2026	As alterações nas normas indicam modificações relevantes nos requisitos de classificação, mensuração e divulgação dos instrumentos financeiros. A Companhia não irá aplicar as alterações de forma antecipada, e irá acompanhar a convergência dos pronunciamentos CPC 48 e CPC40 (R1) para avaliar os possíveis impactos nas suas demonstrações financeiras.
Alterações à IFRS 9 e à IFRS 7 - Contratos Referenciando a Eletricidade Dependente de Condições Naturais	1º de janeiro de 2026	As alterações se aplicam a contratos que façam referência a eletricidade dependente de fatores naturais, esclarecendo a aplicação dos requisitos de “uso próprio”, entre outras definições. A Companhia não irá aplicar as alterações de forma antecipada, e irá acompanhar a convergência dos pronunciamentos CPC 48 e CPC40 (R1) para avaliar os possíveis impactos nas suas demonstrações financeiras.

4. Caixa equivalentes de caixa, aplicações financeiras no mercado aberto

4.1 Caixa e equivalentes de caixa

	2025	2024
Caixa e depósitos bancários à vista	87	136
Total caixa e equivalentes de caixa	87	136

4.2 Aplicações no mercado aberto (avaliadas ao valor justo por meio do resultado)

	2025	2024
Avaliadas ao valor justo por meio do resultado		
Fundos de investimentos exclusivos ⁽¹⁾		
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	-	21
Central de Crédito Bancário (CCB)	-	1
Compromissadas	49	205
Fundo Multimercado	72	51
Fundo de Renda Fixa	345	555
Letra Financeira do Tesouro (LFT)	80	119
Letra Financeira (LF)	76	125
Nota de Crédito	1	2
Nota do Tesouro Nacional (NTNB)	12	39
Nota do Tesouro Nacional (NTNF)	15	-
Total de aplicações no mercado aberto	650	1.118

⁽¹⁾ Fundos de investimentos exclusivos são estruturados com o objetivo de maximizar a rentabilidade com o menor nível de risco.

A rentabilidade média ponderada da carteira em 2025 equivale a 100,3% (99,3% em 2024) do CDI.

5. Contas a receber

	2025	2024
Contas a receber	509	737
Total – circulante	509	737

6. Tributos a recuperar

Referem-se a créditos tributários de saldos negativos de Imposto de Renda e Contribuição Social Sobre o Lucro, e/ou recolhimentos de impostos e contribuições efetuadas a maior, que serão recuperados ou compensados com apurações de tributos em exercícios posteriores, de acordo com a forma prevista na legislação tributária vigente aplicável.

	2025	2024
Imposto de renda pessoa jurídica – IRPJ	1.615	1.167
Contribuição Social sobre o Lucro – CSLL	145	128
INSS a recuperar	56	42
Contribuições ao PIS e a COFINS	2	34
Outros	13	13
Total	1.831	1.384
Circulante	151	156
Não Circulante	1.680	1.228

7. Créditos tributários, tributos diferidos e despesa de imposto de renda e contribuição social corrente

	2025	2024
Passivo		
Diferenças temporárias:		
Imposto de renda	(86)	(86)
Contribuição social	(31)	(31)
Total – passivo não circulante	(117)	(117)

A natureza dos tributos diferidos são como segue:

	2025		2024	
	Base de cálculo	IRPJ + CSLL	Base de cálculo	IRPJ + CSLL
Passivo				
Outras diferenças temporárias	(345)	(117)	(345)	(117)
Total passivo não circulante	(345)	(117)	(345)	(117)

Os valores de imposto de renda e contribuição social que afetaram o resultado do exercício, bem como a movimentação dos créditos tributários, estão demonstrados a seguir:

	2025	2024
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	1.596	1.559
Alíquota fiscal combinada nominal	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas fiscais nominadas	(543)	(530)
Ajustes:		
Despesas indedutíveis (doações, brindes, multa, etc.)	163	111
Outros ajustes	24	24
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido	(356)	(395)
Alíquota efetiva	22,31%	25,34%

8. Fornecedores

	2025	2024
Serviços	1	258
Total Circulante	1	258

9. Impostos e contribuições sociais

	2025	2024
Contribuições ao PIS e a COFINS	3	3
Imposto de Renda Pessoa jurídica - IRPJ	11	-
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido -CSLL	8	-
Impostos Sobre Operações Financeiras- IOF	-	4
Impostos e Contribuições Retidos na Fonte (IRRF, PIS/COFINS/CSLL)	1	14
Total - circulante	23	21

10. Provisões para riscos trabalhistas e cíveis

10.1 Perdas prováveis

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia não possui processos classificados com prognóstico provável.

	2024
Saldos iniciais	217
Provisões e reversões líquidas	(182)
Pagamentos realizados	(14)
Atualização monetária	(21)
Saldos finais	-

10.2 Perdas possíveis

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia não possui processos classificados com prognóstico possível.

11. Patrimônio líquido

11.1 Capital social

O capital social, subscrito e integralizado, em dezembro de 2025, é de R\$8.648 (R\$8.648 em 2024) e está representado por 8.648.148 (8.648.148 em 2024) ações ordinárias, com valor nominal.

11.2 Reserva de lucros – reserva legal

Constituída com 5% do lucro líquido do exercício antes de qualquer outra destinação e limitada a 20% do capital social, de acordo com o artigo 193 da Lei nº 6.404/76. O saldo da reserva legal em 31 de dezembro de 2025 é de R\$79 (R\$17 em 2024).

11.3 Reserva de lucros – reserva de retenção de lucros

O montante da reserva de retenção de lucros no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 é de R\$195, retidos com base no orçamento de capital, aprovado pelo Conselho de Administração.

Em Ata de Reunião dos Sócios realizada em 15 de dezembro de 2025, foi aprovado a distribuição de dividendos com saldo da reserva de retenção de lucros no montante de R\$195. O pagamento foi realizado em 26 de dezembro de 2025.

11.4 Dividendos

	2025
Lucro líquido do exercício	1.240
Reserva legal – 5%	(62)
Lucro líquido ajustado	1.178
Dividendos obrigatórios (50%)	294
Valores pagos em 23 de dezembro de 2025 – R\$0,125395448 por quota do capital social ⁽¹⁾	1.085
Dividendos adicionais propostos – R\$ por quota do capital social ⁽²⁾	93
Total	1.178
% de dividendos sobre o lucro líquido ajustado	100%

⁽¹⁾ Os dividendos antecipados aprovados nas Reuniões dos Sócios de 15 de dezembro 2025, foram calculados sobre o resultado apurado com base no balanço patrimonial de 30 de novembro de 2025.

⁽²⁾ Os dividendos adicionais propostos declarados com montantes superiores aos dividendos mínimos obrigatórios após o exercício contábil a que se refere às demonstrações financeiras, por não se constituírem uma obrigação presente, são apresentados destacados no patrimônio líquido, não sendo constituído o respectivo passivo até sua efetiva aprovação, de acordo com as normas do ICPC-08, e serão pagos em data a ser definida em RCA.

12. Receita Operacional Líquida

	2025	2024
Total da receita operacional bruta		
Serviços de manutenção em linhas e redes	135	135
Deduções à receita operacional		
PIS	(2)	(2)
COFINS	(10)	(10)
ISS	(4)	(4)
Total das deduções à receita operacional	(16)	(16)
Receita operacional líquida	119	119

13. Custos e Despesas operacionais

Os custos e despesas operacionais especificados na demonstração do resultado do exercício possuem as seguintes composições por natureza de gastos:

	Custos do serviço de operação	Despesas Gerais e Administrativas	Total	
			2025	2024
Reversão para riscos trabalhistas e cíveis	-	-	-	(182)
Materiais	-	11	11	-
Serviço de terceiros	2	12	14	50
Outras	(1.076)	8	(1.068)	(1.035)
Total	(1.074)	31	(1.043)	(1.167)

14. Receitas e despesas financeiras

	2025	2024
Receita de aplicação financeira	187	81
Tributos sobre receita financeira – PIS e COFINS	(32)	(13)
Juros Selic s/imposto a recuperar	471	89
Outras receitas financeiras	31	101
Total receita financeira	657	258
Atualização de contingências	-	21
Despesas bancárias/IOF	2	(10)
Outras despesas financeiras	-	(1)
Total despesa financeira	2	10
Despesas financeiras líquidas	659	268

15. Lucro por ação básico e diluído

	2025	2024
Lucro líquido do exercício:	1.240	1.164
Média ponderada das ações	8.648	7.185
Lucro líquido básico por ação - R\$⁽¹⁾	0,14	0,16

⁽¹⁾ A Companhia não possui instrumento diluidor.

16. Instrumentos financeiros

Em função da natureza dos instrumentos financeiros da Companhia: depósitos bancários, operações compromissadas, avaliadas ao valor justo por meio do resultado, com instituição financeira de grande porte (nota explicativa nº 4) a Companhia entende não estar exposta a riscos significativos vinculados a instrumentos financeiros tais como: juros, crédito ou liquidez.

Em 2025, a Companhia não possui e não tem operações com instrumentos financeiros derivativos.

17. Informações adicionais aos fluxos de caixa

Em 2025 e 2024, as movimentações patrimoniais que não afetaram o fluxo de caixa da Companhia são como seguem:

	2025	2024
Atividades de financiamento		
Aumento de capital	-	4.390

Diretoria Executiva

Gabriel Mussi Moraes
Diretor Presidente

Nicolas Juan Octavio Pinon de Manfredi
Diretor Geral de Operações

Maurício Perez Botelho
Diretor Financeiro e Administrativo

Rodolfo da Paixão Lima
Contador
CRC-RJ 107.310/O-0